



Anais da Assembléia

Nº 58

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MAIO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Governo</i>	<i>Deputado Valdir Rossom</i>
<i>PFL</i>	<i>Deputado Plauto Miró</i>
<i>PTB</i>	<i>Deputado Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Deputado Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Deputado Augustinho Zucchi</i>
<i>PT</i>	<i>Deputado Péricles H. de Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Deputado Edgar Bueno</i>
<i>PL</i>	<i>Deputado Horácio Rodrigues</i>
<i>PSN</i>	<i>Deputado Emerson Nerone</i>
<i>PSDB</i>	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossom; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12.05.98**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hi-ekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 164/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao comunicador Carlos Roberto Massa - "Ratinho".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Carlos Roberto Massa, mais conhecido pelo cognome de "Ratinho", é na atualidade, um dos maiores nomes da televisão brasileira. Sendo criado no Paraná, ausentou-se do nosso Estado para se transformar numa estrela fulgurante da comunicação nacional.

Dono de um currículo invejável, Ratinho não se esqueceu do Estado onde foi criado e iniciou a sua carreira de político e comunicador, lembrando em suas apresentações televisadas um Estado do Paraná que representa o labor de sua gente.

Transcrevemos nesta justificativa o seu breve currículo para demonstrar aos nossos pares a importância que representa a aprovação deste projeto de lei, transformando em lei a dedicação de uma honraria que Carlos Roberto Massa fez por merecer.

Nome: Carlos Roberto Massa

Data de Nascimento: 15/02/56

Local de Nascimento: Águas de Lindóia / SP.

Filiação: Domingos Massa e Maria Talarico Massa.

Casado com: Solange Martinez Massa.

Filhos: Carlos Roberto Massa Júnior, Rafael Massa e Gabriel Massa.

Sua residência fixa: Curitiba / PR.

Profissão: Empresário de Comunicação.

Carlos Roberto Massa, o Ratinho, ainda criança, veio com sua família para o interior do Paraná, onde estabeleceu domicílio.

Já adolescente, fixou residência em Jandaia do Sul, desempenhando várias atividades profissionais, entre as quais a de feirante.

Por ter que se comunicar com o povo, Ratinho desde cedo cativou as pessoas pela sua forma espontânea no tratamento, conquistando muitas amizades, as quais, inclusive, o ajudaram a conquistar uma cadeira no Legislativo Municipal daquela cidade, com, inclusive, quantidade expressiva de votos.

Já em Jandaia do Sul, Ratinho desenvolvia também atividades de comunicação, trabalhando em emissora de rádio do município.

Por volta de 1984, Ratinho decidiu mudar-se para a capital do Estado, para cá dirigiu-se em busca de novos empreendimentos.

Inicialmente, trabalhando na Secretaria de Estado da Cultura, foi, dentre outras atividades, o responsável por apresentação de festivais de música por todo o Estado.

Paralelamente a isso, Ratinho conquistou espaço na mídia paranaense através de atividades de programas em emissoras de rádio, ocupando as principais posições nos índices de IBOPE.

Essa atividade intensa junto à comunidade, tendo como recíproca os altos índices de audiência, fizeram com que Ratinho decidisse por pleitear uma vaga no Legislativo Municipal.

Em 1988, Ratinho foi eleito com uma votação expressiva, tornando-se um expoente na comunicação e na política paranaense. Nessa mesma época, inicia sua atividade na televisão, atuando como repórter policial no Programa Cadeia.

Pela sua forma descontraída de comunicação, o sucesso de rádio repetiu-se também na televisão.

Em virtude do grande sucesso profissional e também político, o próximo passo foi pleitear uma vaga na Câmara Federal, o que foi conquistada nas eleições de 90.

Deputado Federal, Ratinho concentrou suas atividades na Legislatura Federal por todo o mandato. No final deste, assumiu o Programa Cadeia, do qual havia sido repórter, momento em que iniciou-se o descobrimento do fenômeno que hoje é o Ratinho.

Em 01 de junho de 1996, através da Rede CNT, Ratinho apresenta-se para o cenário nacional comandando o programa 190 Urgente.

Em virtude do grande sucesso desde o programa, Ratinho passou a ser convidado por todas as demais redes de televisão do Brasil, optando pela Rede Record de Televisão, onde apresenta o programa Ratinho Livre, hoje o maior sucesso na televisão brasileira, conferindo ao apresentador status de um dos maiores comunicadores da televisão brasileira.

Isto justificado, solicitamos o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 165/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o ITEDES - Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social, com sede e foro no Campus Universitário da Universidade Estadual de Londrina, na Cidade de Londrina / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social é uma entidade que colabora através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas nos diferentes campos do conhecimento, visando o desenvolvimento tecnológico, científico, econômico, cultural e social.

Promove cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem a melhoria do ensino, além de outros que contribuam para a melhoria de técnicos e profissionais que atuam nos diversos setores da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 166/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do Centro de Atendimento e Tratamento da Esclerose Múltipla, ligado à estrutura da Secretaria de Estado da saúde, com a incumbência de diagnosticar, realizar exames clínicos e neurológicos, e ministrar a medicação adequada, gratuitamente, quando necessário, segundo critérios definidos pelo titular da Pasta e em consonância com as regras do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único - Os recursos necessários à aquisição dos medicamentos, especialmente do interferon beta, correrão à conta do Programa de Assistência Farmacêutica do Paraná, que é responsável pela distribuição dos medicamentos excepcionais no Estado.

Art. 2º - O CATEM/PR deverá realizar um cadastro dos portadores, periodicamente atualizado, que servirá de referência para a ação do órgão responsável pela saúde pública.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a doar imóvel de sua propriedade, no Município de Astorga, conforme especifica:

"Datas de terra sob nºs 11, 12, 13 e 14, com área total de 3.200,00 m2 situadas no quadro urbano da Cidade e Comarca de Astorga, de frente para a Rua Bahia, nº 263, objeto do que consta da matrícula nº 3474, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício daquela Comarca".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Existe na Cidade de Astorga um Colégio (a nível de 2º grau) denominado Adolfo de Oliveira Franco, que é de responsabilidade do Estado, funcionando em próprio do município, com aproximadamente 1.700 alunos. A utilização desse imóvel municipal se deu diante da absoluta impossibilidade do referido Colégio continuar funcionando no próprio estadual (antigo colégio), com prejuízos claros aos alunos.

Diante do lançamento do PROEM - Programa de Ensino Médio em parceria com o Banco Mundial, o município, para que pudesse ali ser incluído no PROEM (em nome do interesse dos professores, alunos e seus respectivos familiares) doar o imóvel que lhe pertence para poder participar do mencionado programa.

Agora, mais do que justo, é o Governo do Estado compensar o Município de Astorga doando o imóvel (antigo colégio) para a municipalidade onde atualmente funciona o Departamento de Educação e Cultura daquela progressista cidade.

Por estas razões, encareço o indispensável apoio dos ilustres Pares nesta Casa de Leis.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar à Sra. Vera Braga Lacerda, viúva do saudoso Sr. Luciano Lacerda, cujo

Art. 3º - A Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, Seção do Paraná, integrará, através de representante por ela indicado, a coordenação do CATEM/PR.

Art. 4º - A estruturação e atribuições do CATEM/PR serão definidas por ato do Secretário de Estado da Saúde, assim como por sua designação serão escolhidos os membros da coordenação, respeitado o disposto no artigo terceiro desta lei.

Art. 5º - Para dar cumprimento a esta lei, a Secretaria do Estado da Saúde poderá manter convênios e credenciar unidades de saúde e laboratórios.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A esclerose múltipla é uma doença caracterizada por ser progressiva e crônica e que pode levar o paciente à dependência física. Sua causa ainda é desconhecida pela ciência. No entanto, segundo estudos, a doença, no Brasil, atinge 14 pessoas por grupo de 100.000.

Em face da gravidade de sua sintomática, da sofisticação tecnológica necessária ao diagnóstico e da necessidade de medicamentos excepcionais para o seu tratamento, os portadores da doença necessitam um amparo especial do Estado, que, enfim, por mandamento constitucional, é o responsável pelas ações de saúde.

Outros entes da Federação já dispõem de centros como o que ora se propõe, tendo alcançado bons resultados no atendimento das pessoas portadoras da doença. O Paraná, que já conta com uma atuante associação que reúne os pacientes da esclerose múltipla, deve também poder contar com um centro especializado nessa doença, não só como meio de apoio aos portadores, mas como instrumento para o conhecimento das causas da doença através do incentivo a que se monitore e estude aos casos a serem acompanhados.

PROJETO DE LEI Nº 167/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

passamento se deu aos 74 anos de idade em 08/05 do corrente, nesta Capital. Era natural da Cidade da Lapa / PR, onde foi sepultada. Mãe de 8 filhos, era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de voto de congratulações ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, pela posse da nova Diretoria.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada à nova diretoria, através de seu presidente Abdo Augusto Zeghbi, à Rua Marechal Deodoro, 2413, sobreloja, CEP 80.050-010, Fone (041) 264-7081 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Reunindo profissionais de duas áreas fundamentais - Fisioterapia e Terapia Ocupacional - para a medicina reabilitadora, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional tem nova diretoria, a saber: Dr. Abdo Augusto Zeghbi, Presidente; Pedro Cezar Beraldo, vice-Presidente; Roberto Mattar Cepeda, Diretor-Tesoureiro; e Maria Luiza Vautier Teixeira, Diretora Secretária.

Para a Comissão de Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional, o novo presidente é Milton Carlos Mariotti, e para a Assessoria Jurídica, o profissional empossado é Darci Domingues. Todos envolvidos na prestação de serviços com qualidade e na fiscalização da atividade que envolve estas categorias.

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de louvor ao Sr. Dr. Gerson

Guelmann, tendo-se em vista o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria de Estado da Chefia de Gabinete do Governador, em defesa dos interesses do nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Vila Alta, pela passagem de seu aniversário de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 09 de maio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Marcos de Paula Faria, Digníssimo Prefeito Municipal (R. Pedro A. dos Santos, s/n), ao Vereador Francisco Vitorino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (R. Pedro A. dos Santos, s/n) - CEP 87516-000.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Edson e Jussara Maria Wharhaftig que completou 25 anos de união conjugal, em 12/05 do corrente, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, ao Hospital Universitário Cajuru, pelos 40 anos de sua fundação, que ocorreu em 1958. Sua história iniciou com a doação de 2 lotes à Rede de Viação Paraná - Santa Catarina, pela Cooperativa dos Ferroviários, sendo, durante muito tempo, a única casa hospitalar para a assistência ao trauma em Curitiba. Foi também, o único espaço dedicado à prática e ao ensino de emergência, aos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná e da Faculdade de Ciências Médicas.

Em 1977, foi adquirido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC. Importantes transformações começaram a acontecer no Hospital Cajuru, como a oficialização do ensino médico, o aprimoramento do seu corpo clínico, a aquisição de equipamentos modernos e o aumento gradativo de alunos das diversas áreas, ligadas ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (enfermagem, odontologia, medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e serviço social). Torna-se então um hospital geral, além de atuar como eficiente pronto-socorro.

O então Hospital Cajuru, em 1993, é designado de Hospital Universitário, assumindo um compromisso com a educação. Em 1994 é implantado o primeiro mestrado em Cirurgia do Trauma, do Brasil.

A estrutura geral do HUC é composto pela Comissão de Ética Médica, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Pastoral, Serviço Social, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC, Serviço Social do Pronto Socorro, Serviço Social do Funcionário, Serviço Social da Unidade de Internação, Serviço Social na Captação de Órgãos, Serviço de Fonoaudiologia, Serviço de Enfermagem, Serviço de Fisioterapia e Serviço de Pediatria.

Todos os setores citados são muito importantes para o bom funcionamento do hospital, porém o Serviço de Pediatria destaca-se por funcionar como um verdadeiro anjo da guarda das crianças de Curitiba e Região Metropolitana, durante as 24 horas do dia.

Além do atendimento médico, dispensam atenção, afeto, tranquilidade e segurança às crianças e pais, o que é primordial no momento de fragilidade que enfrentam enquanto pacientes.

O Serviço Social na Captação de Órgãos desenvolve um importante trabalho de abordagem de familiares e pacientes, com o objetivo de viabilizar a doação de órgãos para transplantes. Muitas vidas já foram e serão salvas devido esse trabalho de grande responsabilidade que o hospital realiza, pois, além de viabilizar tais doações, realiza trabalho educativo sobre a doação de órgãos.

O Pronto-Socorro, com a equipe médica, atendendo, em regime de plantão 24 horas, está entre os mais bem equipados do sul do Brasil. Possui aparelho de tomografia axial computadorizada, agilizando consideravelmente diagnósticos rápidos e a prescrição precisa de tratamentos. Dos pacientes atendidos, em média 300 diariamente e 100.000 anualmente, 90% são segurados do SUS. Os serviços do Pronto-Socorro são compostos de Clínica Médica, Anestesia, Cirurgia da Cabeça e Pescoço, Cirurgia Vascular, Urologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Neurotraumatologia, Transplante, Cirurgia Geral e Torácica, Cardiologia e Cirurgia Cardíaca, Ortopedia e Traumatologia.

A interação entre médicos-professores, estudantes de vários cursos da área de ciências biológicas e da saúde, dos vários departamentos do hospital e de todos os profissionais do HUC, têm como meta principal a vida do ser humano. A preparação dos futuros profissionais baseia-se em aprofundar os conhecimentos teóricos e proceder às suas iniciações na prática.

O hospital, em conjunto com a PUC-PR, oferece Residência Médica, Mestrado em Cirurgia do Trauma e Especialização de Enfermagem em Emergência aos estudantes, objetivando qualificação dos estudantes.

Especialistas renomados nacional e internacionalmente participam dos cursos, trocam suas experiências, visando sempre uma melhor capacitação profissional e a obtenção de novas tecnologias que venham facilitar o diagnóstico das doenças e assegurar seus respectivos tratamentos.

Em projeto, a nova ala do HUC irá disponibilizar 66 novos leitos, para pacientes particulares e de con-

vênios, além de reservar espaço para um moderno setor de nutrição, com grandes refeitórios, central de distribuição de medicamentos, almoxarifado, farmácia, anfiteatros, salas de estudo, laboratório de informática médica, centro de educação continuada, secretaria acadêmica e biblioteca, laboratórios de análises, de imunogenética e de anatomia patológica. Centrais de esterelização, de terapia renal substitutiva, de endoscopia digestiva, pulmonar e ureterocistoscopia, de neurofisiologia e doenças cérebro vasculares também serão implantadas na nova ala. Os serviços de hemodinâmica, eletrofisiologia, métodos gráficos, ecocardiografia, cirurgia endoscópica, ecografia, tomografia e outros também serão readequados nas novas instalações.

O novo Instituto de Emergência, incluindo o pronto-socorro, centro de diagnóstico por imagem, amplo centro cirúrgico, novas UTIs e unidades de internação e de observação dos pacientes, constituem o grande projeto do HUC-PUC-PR, em garantir maior qualidade e eficiência na assistência hospitalar e assegurar o bem-estar da comunidade paranaense, reafirmando sua missão ética e humanitária, numa autêntica profissão de fé cristã.

O Hospital Universitário Cajuru, instituição orientada pelos princípios cristãos, tendo como enfoque central o ser humano em sua totalidade, vem desenvolvendo seu atendimento médico-hospitalar de maneira exemplar, motivo pelo qual constitui-se num hospital de referência.

Esta manifestação de júbilo, se estende portanto, aos Srs. Luiz Sallim Emed - Diretor Superintendente; Lourival Scheidweiller - Diretor Administrativo; Célia Inês Burgardt - Diretora de Clínica; Luiz Carlos von Bahten - Diretor do Pronto-Socorro; Ézia Maria Corradi - Diretora de Enfermagem e Apoio; Paulo Roberto Slud Brosman - Diretor de Ensino e Pesquisa; bem como a todos os funcionários e voluntários que contribuem para o sucesso do HUC. Os melhores cumprimentos deste Deputado, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento de toda a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER aprovação de moção de apoio ao pleito da comunidade de Guaíra, que reivindica indenização da União e da Itaipu Binacional, pelos prejuízos causados pelo impacto negativo ao turismo, à paisagem, ao comércio e ao meio histórico e social do município, pelo alagamento das maravilhosas Cataratas das Sete Quedas.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Em nosso Estado, muitos paranaenses foram e estão sendo obrigados a saírem de seu meio natural e de convivência comunitária, em benefício da produção de energia para o Brasil. Estes paranaenses não têm escolha, não decidem sobre a construção da usina, não participam dos processos de remoção, causando forte impacto sobre suas vidas e de seus familiares. No caso de Guaíra, um fator econômico importante era o comércio e as atividades de turismo ligados ao passeio pelas Cataratas das Sete Quedas, que foram tragadas pelo Lago de Itaipu, impactando violentamente o meio social e econômico da cidade, sem nenhum programa ou forma de compensação.

Contudo, temos a experiência dos atingidos da Usina do Salto Caxias, onde o resultado contemplou pelo menos 80% dos atingidos, o impacto sócio-econômico está sendo minimizado extremamente. Pois lá foi implantado um Grupo Multidisciplinar, aperfeiçoando metodologia e discussões sobre indenizações e reassentamento. Neste processo participaram os atingidos, os prefeitos, vereadores, o Ministério Público, a COPEL e Deputados Estaduais, foram assessorados por técnicos, resultando num excelente exemplo para o Brasil em termos de mitigação do impacto do obras de barragem. Sobre este exemplo concreto de Caxias é que queremos tratamento isonômico à comunidade de Guaíra. Além disso, a legislação garante o RIMA e participação social na discussão dos rumos de sua sorte. O regime militar não levava em conta a democracia e o interesse do povo, mas a União se beneficia ainda dos benefícios da Usina de Itaipu, portanto tem o dever de mitigar os impactos negativos e o sacrifício popular em favor de energia elétrica para o Brasil.

Segue anexo documentos do movimento instalado no Município de Guaíra.

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos, de voto de louvor aos alunos e colaboradores da Central Geral do Dízimo - Pró-Vida, pelos relevantes serviços prestados à comunidade carente paranaense.

Requer ainda que a decisão do Plenário seja comunicada aos interessados, a/c de Maria Luiza Dias Gracia, à Rua Gutemberg, 99 - 4º andar, Batel - CEP 80.420-030 - Curitiba / PR, com cópia para a Central Geral do Dízimo, à Rua Orobó, 100, CEP 05466-030, São Paulo / SP.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1978 pelo médico Celso Charuri, formado pela Universidade Federal do Paraná, a Escola de Filosofia para o Treinamento e Desenvolvimento Mental, batizada de Central Geral do Dízimo - Pró-Vida, chegou ao Paraná há 3 anos. Com centenas de colaboradores, a escola tem ajudado mais de 350 entidades que atendem comunidades carentes, buscando dar o exemplo de como auxiliar o próximo.

Somente neste mês de maio, mais de 100 entidades serão beneficiadas com donativos da Pró-Vida, que espera atingir, em breve, maior número de pessoas que recebem o auxílio. Aos alunos e colaboradores, esta Casa de Leis rende homenagens pelo desprendimento e preocupação em amenizar o sofrimento de milhares de paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Moção de Congratulações aos diretores, professores e estudantes do Colégio Estadual General Osório, de Ponta Grossa, que no último dia 10 de maio do corrente completou 60 anos de funcionamento, com uma extensa programação comemorativa. Um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino de Ponta Grossa, o Colégio General Osório se constituiu ao longo de sua história em modelo de

ensino e expressão de cultura, de um dos principais bairros pontagrossenses. Sua sobrevivência é fruto do esforço da comunidade do bairro de Uvaranas, que nos últimos anos não tem medido esforços para superar as dificuldades financeiras, estabelecendo parceria com órgãos e entidades não governamentais para manter a escola em funcionamento. Por tudo que essa escola representa, o 60º aniversário do Colégio General Osório é motivo de orgulho para todos os pontagrossenses.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Dr. Faires, localizada no Centro da Cidade, os quais pedem policiamento nessa rua e nas proximidades. Sugerem o policiamento à pé, tendo em vista que pivetes assaltam todas as pessoas que por ali passam. A presença de policiais proporcionará segurança às pessoas e inibirá a ação desses pivetes.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Pioneiro, localizado no Município de Campo Magro / PR, os quais, através de um abaixo-assinado, reivindicam a implantação do serviço de entregas de correspondências domiciliares nas ruas desse bairro. Afirmam-nos que as ruas já foram denominadas legalmente e será um grande benefício para os moradores, principalmente no que se refere à entrega de talões de luz, água, telefone, entre tantos outros. Já foi feito um pedido através de nosso requerimento LCM/AL/14.467/97, porém, até a presente data, os moradores aguardam uma posição definida do Correio. No bairro, existe entrega de correspondências

num posto, mas a comunidade solicita entrega domiciliar.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abraão Tamure, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando a gentileza de prestar as seguintes informações:

01 - quantos funcionários prestam serviço à Delegacia de Crimes contra a Administração Pública;

02 - quantas viaturas estão à disposição da mencionada delegacia;

03 - qual o valor mensal do aluguel pago pelo imóvel localizado à Rua Comendador Macedo, nº 881, esquina com a Rua General Carneiro, onde está instalada a referida delegacia;

04 - quem é o proprietário do aludido imóvel.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais da presente Sessão, da matéria publicada no Jornal Diário Popular, no dia 12 de maio de 1998, em matéria de capa e página 3, sob o título "Empreiteiras podem ficar sem o pedágio".

Sala das Sessões, em 12.05.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) -

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Irineu Colombo, no horário do Pequeno Expediente.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando nesta tarde, para apreciação dos senhores, um requerimento de moção de apoio à uma reivindicação da comunidade, do Município de Guaíra, que teve há poucos

dias inaugurada a ponte sobre o Rio Paraná, e algumas notícias dando conta de que estava resolvido o problema de Guaíra, porque a ponte havia sido construída. O nome da ponte é homenagem ao Aírton Sena, segundo informações do Deputado Annibelli.

Mas, a inauguração festiva, marcou a ponte construída pelo Estado do Paraná, que atende ao Brasil, que é cobrado pedágio pelo Estado do Paraná, porém tivemos alguns problemas. A desativação da obra trouxe desemprego, famílias que vieram morar em Guaíra para trabalhar na obra, acabaram ficando, com isso, o Município de Guaíra tem uma demanda social de saúde, educação, iluminação pública, etc., que tem que arcar.

Guaíra vinha se desenvolvendo muito bem com uma indústria do turismo, que não polui, que não tem problema, que era a exploração do passeio pelas Cataratas de Sete Quedas.

Com a instalação da Usina de Itaipu, de uma forma autoritária, porque o regime militar assim imperava, a comunidade de Guaíra não foi levada em consideração.

Então, a ponte não resolve o problema, apesar de trazer uma espécie de ânimo, acabou-se a obra, causando desemprego, e as Sete Quedas há muito tempo não existem.

E Guaíra vem suportando, vem agüentando o seu desenvolvimento pequeno é bem verdade, pela pujança e pela vontade de sua população.

Contudo, agora, aparece uma novidade. Já que o Governo Federal, a Itaipu Binacional, a União usufrui dos benefícios da usina hidrelétrica, o regime militar não levou em consideração a população impactada, e temos várias e várias experiências por aí afora, aonde a população é considerada, inclusive na própria Usina de Salto Caxias, aonde o comércio agora passa a incorporar a discussão dos prejuízos.

Queremos, com essa moção de apoio, nos solidarizarmos com a comunidade de Guaíra, e dar, inclusive, instrumento para anexar ao processo jurídico que moverão contra a Itaipu Binacional e também contra a União Federal, para que ressarça dos prejuízos advindos do fechamento e do alagamento das Cataratas das Sete Quedas.

Então, leio para vocês o documento da comunidade.

(Lê): "Abaixo Assinado ao Chefe do Executivo Municipal.

Guaíra-PR, maio de 1998.

Eu, guairense residente e domiciliado no Município de Guaíra, no endereço especificado no campo de identificação pessoal abaixo, que compõe este Termo Abaixo Assinado, expresse minha inteira concordância com o teor deste documento e seus objetivos, que por iniciativa dos vereadores membros da Câmara Municipal deste município, pretende obter manifestação expressa da população guairense, visando: reivindicar ao Chefe do Executivo Municipal, que determine a Procuradoria Jurídica do Município, sob pena de omissão funcional, adotar as medidas legais e judiciais cabíveis, contra a Itaipu Binacional e a União Federal, visando o recebimento de indenização em face dos prejuízos ambientais, históricos, sociais, culturais e paisagísticos, bem como pelos lucros econômicos cessados em Guaíra pela inundação das "Cataratas das Sete Quedas", quando da formação do reservatório da Hidrelétrica de Itaipu no Rio Paraná, no ano de 1982".

E segue outro documento com abaixo-assinado, com a exposição do motivo.

Paralelo a isso, a reivindicação que estamos nos somando, temos uma reivindicação dos ilhéus, dos atingidos historicamente pelo Lago de Itaipu, que quando formou-se, aumentou-se o remanso, que é aquela maré, aquela onda do vento, que acabou atingindo as ilhas onde os ilhéus moravam, plantavam banana, pescavam e viviam na sua comunidade.

E agora, temos a decretação do Parque Nacional de Ilha Grande, estamos organizando os ilhéus, apoiando a sua organização, melhor dizendo, estamos juntos com a comunidade de Guaíra e outras comunidades locais, Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, várias associações no sentido de que o Governo Federal, com a implantação do Parque Nacional de Ilha Grande, atenda as reivindicações dos ilhéus, fazendo justiça com quem merece e eliminando aqueles que, porventura, pela oportunidade, queiram usufruir dos benefícios, colocando gado na ilha, onde tradicionalmente não se usava ou pagando pessoas para ocuparem a ilha para usufruir dos benefícios de uma possível indenização.

Queremos formar uma comissão, essa comissão tem cadastro, tem pessoas legitimadas e com história junto às ilhas, e esse movimento é chamado de Movimento dos Ilhéus.

Então, hoje, Guaíra merece a nossa atenção: problemas trazidos pela inundação das Sete Quedas e o problema dos ilhéus.

Já estivemos empenhados em Guaíra pela solução dos pescadores, por conta, na ocasião, do derrocamento das rochas para o canal dos navios que passaram por baixo da ponte, os pescadores foram plenamente atendidos pelo Governo do Estado do Paraná, pelo IAP, pelo DER. Agora, queremos que o Governo Federal faça a sua parte.

Nada mais legítimo do que esta Casa apoiar o pleito daquela comunidade, através da aprovação do meu requerimento, da Moção de Apoio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de, na pessoa do Deputado Augustinho Zucchi, cumprimentar a todos os Deputados do Partido Progressista Brasileiro, em especial, também, Vossa Excelência Deputado Neivo Beraldin, que preside a Sessão no dia de hoje, pelo brilhantismo com que se conduziram, com que se portaram no programa partidário do dia de ontem, fazendo, talvez, uma das mais firmes e mais esclarecedoras críticas já produzidas por Parlamentares, com referência à implantação do Anel de Integração, em especial da cobrança de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

Temos, seguidamente, estado nesta tribuna, ou em apartes, condenando a cobrança de pedágio no Estado do Paraná, lamentando que os nossos caminhoneiros, as nossas transportadoras, o caixeiro viajante, que todos os dias passarão por essas praças de pedágio tenham que deixar ali, muitas vezes, o lucro que não irão obter ao longo de todo um mês de árduo trabalho diuturno.

Por isso, merece o Partido Progressista Brasileiro - liderado nesta Casa pelo Deputado Augustinho Zucchi - os nossos elogios, as nossas conside-

rações pela postura adotada no dia de ontem.

Quero também, reportar-me a uma conversa que tive, na última quinta-feira, talvez ali pelas 10 horas da manhã, no Posto de Polícia Rodoviária próximo à Ponta Grossa, que tive com o meu amigo Deputado Plauto Miró Guimarães Filho.

O Deputado Plauto lá estava no Posto Rodoviário, aguardando a chegada da comitiva do Governador, e nós, com a nossa assessoria, nos deslocando para um roteiro de viagens, que incluía, naquela quinta-feira, Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Jardim Alegre e Ivaiporã. Ficamos batendo papo por uns 10 minutos, e fiquei sabendo que o Governador Jaime Lerner se deslocava de Curitiba à Ponta Grossa para firmar alguns protocolos, assinar alguns convênios, liberar alguns recursos e que talvez, pela primeira vez, fazia o deslocamento pela via rodoviária e não por helicóptero ou avião, como é costume do Governador, nos deslocamentos por municípios do Paraná.

Fiquei, de certa forma, contrariado com a notícia, porque tenho convicção pessoal que as rodovias 277 e 376, que compreendem o trecho Curitiba - Ponta Grossa, não careceria de ser fiscalizada pelo Governador do Paraná, porque ali passamos quase todos nós, Deputados Estaduais, todas as semanas, e estamos fazendo uma profunda fiscalização com referência à circulação normal ou não dos veículos. Estamos fazendo uma vistoria permanente nas roçadas de beira de estrada, na operação "Tapa-Buraco", pintura de faixas, então, não haveria necessidade do Governador se preocupar com aquilo que nem mais responsabilidade dele é, porque concedeu à uma empresa para fazer esse serviço, está com a iniciativa privada.

Fiquei contrariado, porque entendendo, e disse ao Deputado Plauto Guimarães, que melhor seria o Governador fazer uma vistoria nas obras que não estão acontecendo, por exemplo, na rodovia que liga Pitanga até Iretama, que era para ser restaurada através do BID 4, da rodovia que liga São Pedro do Ivaí, Distrito de Mariza à Itambé, que também era para ter sido restaurada, na rodovia Placa Luar, Lidianópolis, São João do Ivaí, Fênix, São Pedro do Ivaí, que se encontra esburacada, na Rodovia Caetano Mendes, Posto do Paripa, Reserva, Cândido de Abreu,

Manoel Ribas e Nova Tebas que encontra-se, em alguns trechos, destruída, e todas estas que mencionei são rodovias estaduais, da responsabilidade do Governo Estadual fazer a sua conservação, fazer a sua manutenção.

Infelizmente, fiquei sabendo que o Governador não pode percorrer nenhum desses trechos, fazendo ali uma vistoria mais apurada para ver aquilo que efetivamente é responsabilidade do Governo Estadual, para ver aquilo que efetivamente é responsabilidade do Governo Estadual em fiscalizar, em restaurar, em reconstruir, em pintar faixas, em roçar beira de estrada, construir canaletas.

É lamentável que o Governo do Estado continue fazendo aquilo que, de repente, nem competência dele é, fiscalizando uma rodovia privatizada e já tem nesta Assembléia inúmeros fiscais a cumprir o papel, e ele, evidentemente, deveria cumprir o papel de cuidar das rodovias estaduais. Estas sim, esburacadas, causando acidentes a todo dia e a toda hora, e não dando nenhuma condição de tráfego aos nossos veículos, aos nossos companheiros que transitam pelas rodovias estaduais do Paraná.

Portanto, faço um apelo ao Líder do Governo Valdir Rossoni, que interceda, como já intercedi junto ao Secretário dos Transportes, para que estas rodovias que mencionei possam merecer, imediatamente, uma operação tapa-buraco pelo menos, para não serem estas rodovias causadoras de acidentes, como vem acontecendo no momento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - No Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, estava esperando receber mais algumas informações da Liderança do Governo para me pronunciar. Mas um fato inusitado aconteceu ontem.

A Empresa Rodonorte - Concessionária de Rodovias S.A., mandou-me uma carta, uma carta inclusive agressiva. Vou ler apenas o início da carta: "prezado senhor, seu estudo apontando os 'lucros' da Rodonorte, e que serviu de base para a matéria publicada na edição de 29 de abril do Jornal da Manhã, causou-nos espécie, além de parecer de mal gosto intencional". O

"mal" é escrito com "l", "mal gosto intencional".

A partir daí, os diretores da empresa, Sr. Geraldo Prado, Presidente; Sr. Dácio Fabri, Diretor Administrativo Financeiro, que assinou a carta, passam algumas informações sobre investimentos, que batem basicamente com as informações que tínhamos, porque conseguimos essas informações, para fazer uma análise do próprio Governo, onde tem uma análise dos investimentos e também do contrato assinado pela Rodonorte com o Estado do Paraná, que havia uma contradição entre o contrato e o edital de licitação. O edital falava em 2 bilhões, mas o contrato projetava quase 5 bilhões, e na verdade, o próprio Secretário, nos passou uma informação que é mais de 5 bilhões, é 5, 1 bilhão. Informação correta que trabalhamos com esse número desde o início.

Com relação aos custos, a Rodonorte se mantém, também, fiel aos dados do Governo do Estado, que o Secretário nos passou: 3,55 bilhões de reais de custo operacional. Só que, surpreendentemente, Deputados, na hora que fala em receita, a carta diz o seguinte: "receita anual média nos 24 anos, conforme PER, 120 milhões de reais, valores de janeiro de 97.

Bom, se multiplicarmos 120 milhões de reais por 24 anos, dá menos de 3 bilhões. Se somarmos os custos de 3,6 bilhões, mais o investimento de 1,12, a empresa gastaria 4,6 bilhões e arrecadaria 2,9 bilhões. Teria um prejuízo.

Remetemos uma carta à Rodonorte, para que nos explique essa mágica. Ou eles estão prestando um grande serviço ao povo do Paraná, já que vão gastar mais de 5 bilhões e vão arrecadar menos de 3. São fantásticos os dados que a empresa nos remete por carta.

Mas, apesar, Srs. Deputados, de não dispormos de todos os dados, pedimos agora ao Governo do Estado que nos remeta a proposta comercial da empresa ganhadora do lote 5, que é a Rodonorte, para podermos analisar tudo, custo financeiro, assim por diante.

O documento que o Secretário nos passou, já serve para uma série de diretrizes, uma série de interpretações que nos estarrecem. Quero dizer em alto e bom som, mesmo não tendo todos os dados ainda, trata-se da maior negociata da história do Paraná, o

Anel de Integração. É a maior da história.

E para explicar isso, antes de trabalhar com números, vamos trabalhar com conceitos. É importante, porque se não temos a capacidade de diferenciar conceitualmente a privatização de uma Vale do Rio Doce com a concessão por 24 anos de uma rodovia, simplesmente aceitamos ser roubados.

Os técnicos do Governo tentam confundir o debate do Anel de Integração com debate ideológico, atacam-me dizendo: "não, o senhor é contra porque o seu partido é contra a privatização". Então, se o PT é contra a privatização da Vale do Rio Doce, ele também tem que ser contra a privatização de rodovias. Isso é falso, esse argumento esconde a realidade. São duas coisas completamente distintas.

Um empresário, quando compra uma Vale do Rio Doce, bem ou mal, ele tem que ter dinheiro para comprar. Ele paga ao Estado determinado valor, à vista ou à prazo, quando compra a empresa. Esse dinheiro vai servir para o Estado abater uma parte do seu déficit público, ou então, como é no caso do Brasil, pagar uma parte dos juros da dívida interna e externa.

Em segundo lugar: um empresário que compra uma Vale do Rio Doce, uma PETROBRÁS ou uma CSN, qualquer que seja, ele vai gerir e comandar um processo de trabalho e terá milhares de funcionários, terá que fazer evolução tecnológica e a produtividade aumentar a sua empresa e concorrer no mercado. Isso é uma coisa. Outra coisa é entregar, por 24 anos, um monopólio natural, porque toda estrada, e principalmente no Paraná, na medida que não existe estrada para se locomover, cada estrada concedida trata-se de monopólio natural. Portanto, não há risco nenhum nas estradas.

Esse empresário que pega concessão, não tem que gerir processo de trabalho algum. Nenhum! Não tem que aumentar produtividade e nem competir com ninguém. Ele é simplesmente o concessionário de um monopólio absoluto, natural. Ele se transforma simplesmente num intermediário, entre o dinheiro que o povo paga e o dinheiro que ele investe. Ele não investe nada. Ele arrecada dinheiro no posto de pedágio sem ter nenhum risco - não me canso de repetir isso - pega uma parte do dinheiro arrecadado do povo do Paraná e investe uma parte desse dinheiro nas

estradas e a outra parte ele coloca no bolso, como rendimento e como lucro. Isso, numa linguagem mais profunda, chama-se roubo, porque não há investimento e nem risco, não há nada. É puramente roubar o dinheiro do povo.

A nossa tese conceitual é, ao invés do Estado entregar por 24 anos a estrada, ele arrecada pedágio. Tal será que o Estado não tem competência nem para arrecadar pedágio, meu Deus do céu! Será que o DER é incompetente para por alguns funcionários num posto de pedágio, cobrando dos motoristas? É incompetente para isso? Tem que entregar a alguns empresários para que façam isso?

O Estado arrecada esse dinheiro do pedágio, cria um fundo rodoviário e com esse dinheiro que ele gere, contrata as empreiteiras, em licitação pública e transparente, podendo, inclusive, contratar pequenas ou grande empreiteiras, numa licitação mais abrangente a um custo menor: contrata uma empresa para fazer o serviço de ambulância, outra para o serviço de guincho por um ano, e renovar depois, se for o caso. Por exemplo: contrata por licitação empreiteiras para duplicar uma rodovia, num determinado tempo, ou seja, o planejamento será muito mais racional.

Isso é uma coisa. Outra coisa é entregar o dinheiro para grandes empreiteiras. Isso não tem outro nome, a não ser roubo do dinheiro público! Não tem outro nome. É preciso ter clareza disso.

A licitação do Anel de Integração foi da seguinte forma: existiam 6 lotes; o grupo empresarial perdeu o lote 1, ganhou no de 3 ou 2 ou 4; o que perdeu o 2, ganhou o 5; o que perdeu o 3 e assim por diante. Houve um grande acordo. Todas as grandes empreiteiras foram chamadas a participar desse grande acordo, dessa grande negociata. Só se impedia a pequena empreiteira de participar. Por quê? Porque havia uma cláusula de tal licitação, da seguinte forma: se 10 empresas pequenas se consorciassem, não somava-se o capital delas, fazia-se a média. Se 10 empresas que tivessem 10 milhões de reais de capital, se somasse, dava 100 milhões. Não se somava. Se fazia a média.

Então, 10 x 10, dá 100 milhões, e dividido por 10, volta a ser 10. E elas não tinham o capital mínimo, Deputado Nereu Moura.

Isso significa que as pequenas empreiteiras têm duas opções: abandonar a licitação, ou se submeter às grandes. Ela era obrigada a se consorciar com uma grande empreiteira para pegar uma fatia pequena do serviço. E o grande acordo se estabeleceu desta forma.

Houve uma empresa que se sentiu injustiçada e entrou na justiça, não em prazo hábil, mas é um grande acordo, é um grande negócio, que se resolve todos os problemas. E todas as grandes empreiteiras vieram aqui e foram chamadas a participar.

Agora, pasmem os senhores: recebi das mãos do Secretário de Transportes esse documento. Se pegarmos a Rodonorte, que é o lote 05 - receita bruta: 5 bilhões, 13 milhões e 174 mil reais - receita bruta em 24 anos. Total de saída de caixa da Rodonorte em 24 anos: 3 bilhões, 133 milhões, 662 mil reais. Se dividir um número pelo outro, ou seja, a receita pela despesa total, vai dar 1,60. Ou seja, a receita da Rodonorte, em 24 anos, é 60% superior à despesa total. Nessa despesa, está o investimento que é de 1,126 milhões de reais. Os tributos: COFINS, PIS e Imposto de Renda - e ainda dizem que não vão ter lucro, Deputado Pessutti, veja a contradição, em termos. Dizem que o lucro é pequeno, mas só de Imposto de Renda, a Rodonorte vai pagar 924 milhões de reais, em 24 anos.

Surpreendentemente, Deputado Rosinha, quando fazemos o mesmo cálculo para a Econorte, lote 01 - a mesma conta: dividimos a receita bruta pelo total que saiu de caixa - dá 924 milhões por 796 milhões. Dá 16% a diferença. Ou seja, para um consórcio, a receita é superior a 16% da despesa, para outro, é 60% superior.

O mais grave: o total de investimento da concessionária, dá 22% mais ou menos, que o valor total da receita apenas. O resto do Imposto de Renda é COFINS e operação de pagamento de funcionário para cobrar pedágio.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não há outro caminho, a não ser tentarmos barrar esse contrato vergonhoso na Justiça. E estamos esperando os dados que faltam para aprofundar nossa análise técnica. A única desculpa que se tem, é que a receita é proporcional, é linear, ao longo de 24 anos. A operação do investimento também pode ser concentrada em 7, 8, 10 anos. O que é desculpa esfarrapada,

porque vejam bem: o Imposto de Renda, o empresário pode pagar no final do ano. Ele recebe o ano inteiro de pedágio para pagar imposto no final do ano. O salário do funcionário, ele recebe diariamente, coloca a render juros e paga no final do mês.

Então, é um argumento falacioso...

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedido o horário do PL, pelo Deputado Horácio Rodrigues, para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

O SR. PÉRICLES MELLO - Não conseguimos entender, o Secretário não conseguiu explicar, nem os técnicos do DER, que haja uma diferença tão grande de lucratividade pelos números que temos aqui em nossas mãos.

Pedágio, Srs. Deputados, podemos aceitar. Acho que se um país está em crise, não tem recurso para gerir, consertar as estradas, que se faça o pedágio para que setores da classe média paguem o pedágio. Mas um pedágio melhor, que não prejudique o caminhar, o setor produtivo. E principalmente, um pedágio que não se transforme em transferência do dinheiro do povo para o bolso dos grandes grupos econômicos, que terão alta lucratividade, sem investirem nenhum centavo sequer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSN, PSDB, PPB, PDT, PTB.

(Todas declinam)

Concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiramente, quero, a exemplo do Deputado Orlando Pessuti, cumprimentar a Bancada do Partido Popular Brasileiro - PPB, pelo excelente programa de televisão levado ao ar na noite de ontem, onde teceu séveras críticas à cobrança de pedágio, a ser iniciada dentro das próximas semanas.

Com relação, ainda, só para fazer um pequeno comentário, era o PT, PMDB que vinha fazendo severas críti-

cas com relação ao pedágio a ser implantado no Estado do Paraná.

Agora, a Bancada, a maioria absoluta do partido que sustentação ao Governo, também se soma às denúncias do PMDB, do Senador Requião, da nossa bancada e da Bancada do PT, denunciando a cobrança do pedágio, contestando veementemente.

Parece-me que a partir de ontem, conseguimos, Deputado Irineu Colombo, Deputado Orlando Pessuti e Caíto Quintana, mais um grupo de aliados na luta contra o famigerado pedágio no Estado do Paraná, que é o Partido Popular Brasileiro, que é o PPB.

Mas, queria fazer um rápido comentário também, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: tenho um escritório em Irati, uma equipe que vinha atendendo há muito tempo as pessoas idosas, os agricultores, as pessoas que buscam a sua aposentadoria insistentemente. São pessoas que trabalharam, que deram tudo de si, que moram hoje, na sua grande maioria, nos bairros de nossa cidade, não têm como comprovar a sua atividade agrícola, em razão de que já estão morando aí por volta de 4, 5 ou 10 anos. Na maioria das vezes juntos com os filhos, com o genro ou com a nora. São pessoas acima de 60 anos de idade, 65, e tem pessoas até de 70 anos de idade.

Ontem mesmo, ao sair do final do enterro de um empresário que faleceu em Irati, encontrava-me com uma senhora, na rua, com 72 anos de idade. Não poderia e não pode aquela senhora se aposentar. E, conversando ali, ela se lamentava. Realmente seu marido já está aposentado, a senhora não tem como se aposentar. São as coisas que acontecem lá em Brasília e vêm acontecendo há muito tempo. Infelizmente!

E nós, aqui, através desta tribuna, alguns tempos atrás, no início deste mandato legislativo, fazíamos alguns comentários com relação à Previdência Social, com relação às perícias médicas, a injustiça que se faz com as pessoas idosas e os doentes que não conseguem se aposentar, não conseguem nem sequer auxílio doença, e agora, mais do que nunca, acima de 70 anos, o seu marido está aposentado e nem sequer pega a sua renda vitalícia.

Muito bem! Dizíamos naquela ocasião, em que pese que o Ministro da Previdência, em sendo do nosso Estado, mesmo assim, vimos com muita dificuldade ele levar a cabo até o final a

Reforma da Previdência Social, em razão, evidentemente, de que ele já estava aposentado há muito tempo.

Para surpresa de todos nós, hoje pela manhã, manchetes em todos os jornais do país, Fernando Henrique Cardoso diz o seguinte: "aposentado precoce é vagabundo" - diz o Presidente da República, Srs. Deputados, em todos os jornais de maior circulação do nosso país.

E daí fica a pergunta no ar: se todos os aposentados com menos de 50 anos são vagabundos, então o Presidente da República tinha dentro do seu quadro de Ministério, alguém que não trabalhava, porque se aposentou aos 45 anos de idade. Vem o Presidente e diz que aquele que se aposentou com menos de 50 anos é um vagabundo. Chamou, indiretamente, o nosso ex-Ministro, do nosso Estado do Paraná, de vagabundo.

Quando fazíamos o alerta que o atual Ministro da Previdência não iria levar a cabo a Reforma da Previdência Social, em razão de que ele se aposentou com menos de 50 anos de idade, recebi muitas críticas aqui dentro do Estado do Paraná. Hoje, até com muita satisfação, concordando com o Presidente, porque agora ele enxergou que, quem estava na frente da Previdência, do Ministério, não poderia levar até o final a reforma.

Fica aqui o registro, não que o Ministro é um vagabundo, pois sabemos que é um homem trabalhador, mas o mal dele foi ter se aposentado com menos de 50 anos de idade. Fica o registro das injustiças que o Ministério da Previdência Social, através do Instituto Nacional de Segurança Social, vem fazendo no nosso Estado do Paraná, muito especialmente com os nossos agricultores, com as pessoas idosas, pessoas doentes que não podem se aposentar hoje, porque as exigências são muito grandes. Criam normas internas que se torna impossível um bóia-fria se aposentar.

Está aqui a Bancada do PT, que é testemunha disso. Entretanto, trabalharam a vida toda, mas não têm os documentos necessários para se aposentar.

Fica o registro, mais uma vez, com muita tristeza, com o que vem acontecendo no Estado do Paraná.

Concedo um aparte do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - O tema que Vossa Excelência trata é de extrema importância para todos os brasileiros. Até porque, o Governo Federal age, como se fosse possível, alguém viver durante 65 anos e não trabalhar. Com exceção, é claro, de alguns milionários, que têm condições de viver com o patrimônio da família.

Ou o Governo tem uma profunda dificuldade de explicar para a sociedade o que ele pretende em relação à Reforma da Previdência, ou então, de fato, falta argumento ao Governo, porque está cometendo, é o que me parece, um crime contra as futuras gerações, especialmente, os que têm aposentadoria muito próxima de ser realizada.

Ontem, o Presidente da República ofendeu metade do Ministério dele, e muitos dos companheiros de palanque, ao chamar os aposentados de vagabundos.

Certamente, todos combatemos privilégios, mas um Presidente da República sai por aí chamando os aposentados de vagabundos, francamente, não está correto.

Se considerarmos que o Ministro da Previdência dele - Reinhold Stephanes, se aposentou, na Prefeitura de Curitiba, com 37 anos de idade, esse é o Ministro da previdência do Fernando Henrique Cardoso, então, ele deve ter um grande conhecimento de causa sobre aposentadoria, porque certamente ele está rodeado de aposentados precoces, e ele faz todo um "mis-en-scène", como se fosse combater privilégios, quando na verdade está massacrando a possibilidade do trabalhador ter uma aposentadoria digna, e mais do que isso, ele está promovendo, de forma absurda e desmensurada, a Previdência Privada, que é do interesse do BRADESCO, do Itaú, dos grandes Bancos, que certamente, têm interesse em garantir os lucros, como garantem tantos outros setores do Governo. Na verdade, ele quer privatizar a Previdência para garantir dinheiro para ele e para a turma que o acompanha.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Fica aqui, registradas as nossas colocações, deixando mais uma vez a preocupação, principalmente, com o que vem acontecendo com o interior do Estado do Paraná, que são as pessoas idosas, doentes, que trabalham, deram tudo de si, e que hoje não conseguem

se aposentar, de forma e hipótese por falta de documentos, por falta de provar a sua atividade, uma perícia médica, que não se faz perícia, olham de longe o doente e mandam trabalhar. Temos isso diariamente no meu escritório em Irati, que é a nossa região.

Não poderia deixar de fazer o meu registro nesta tarde, em razão do que está posto na imprensa no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Presidente da Assembléia Neivo Beraldin, Deputado Romanelli, estamos na véspera, talvez, de votar a questão do Banco do Estado do Paraná.

Hoje à noite, vamos poder discutir, vários Deputados, a questão da CPI, porque o Presidente do Banco do Estado, há questão de 15 dias atrás, disse, entre outras coisas, que os Deputados devem para o Banco e não pagam, são responsáveis pelos problemas do Banco do Estado.

Ficou claro, depois da revelação das Atas, do Deputado Romanelli, que algumas operações do Banco do Estado não são perfeitamente explicáveis, a não ser, pelo manto de que as normas técnicas legais do Banco estão sendo obedecidas.

Sabemos que as normas técnicas ilegais que o Banco do Estado argumenta, nem sempre justificam determinadas operações, como não justificaram as operações do Leasing, e no entanto, naquela época, o próprio Presidente do Banco justificava como normas técnicas legais.

No dia seguinte, trouxe uma denúncia que o Banco do Estado, num momento de dificuldade, estaria liberando recursos para patrocínios de corretores de automóveis que não estão sediados no Paraná, como Cristiano Damatta, o Airton Daré, o Sérgio Bayse, do qual já tive oportunidade, desta tribuna, de relatar que houve um equívoco na informação. Pede que o Banco não publique a lista oficial, simplesmente, manda um parecer.

As nossas dúvidas e os nossos questionamentos continuam prevalecendo.

Mas, trago aqui mais uma denúncia. Falamos de 1 milhão de reais para

uma empresa de automobilismo, que corre lá em território americano, aonde não tem uma única agência do Banco do Estado.

Agora, veja só, Deputado Romanelli. O Banco do Estado do Paraná, o Governo, estão discutindo a privatização do Banco. Desde o ano passado, estão discutindo isso, e está pagando 2 milhões de reais para o Sr. Artur Pereira de Oliveira. Alguém conhece aqui o Artur Pereira de Oliveira? O Artur Pereira de Oliveira, não é corredor de Fórmula 1, e está recebendo 2 milhões de reais. Não é corredor de Fórmula Indy, o Artur Pereira de Oliveira. Sabe o que esse Artur está fazendo para receber 2 milhões de reais do Banco do Estado, na dificuldade em que está?

O Banco do Estado está reunindo na Associação do Banco do Estado, pago pelo próprio Banco do Estado, os funcionários do Banco para ficarem uma semana tendo um curso sobre qualidade de vida. Lá, aprendem a gostar de Beethoven, a gostar de Mozart, aprendem um pouquinho de psicologia, conhecimentos a respeito de Yung, de Freud, de Sócrates, de Pitágoras. Isso, durante uma semana! O rapaz está ensinando um pouquinho de psicologia, de filosofia, para os funcionários do Banco do Estado, que na semana seguinte, vão continuar recebendo 600 reais por mês, com ameaça de demissão.

O Banco do Estado está recebendo 300 milhões do Banco Central para demitir funcionários, e o Governo está pagando 2 milhões para o Artur Pereira de Oliveira, para desenvolver qualidade de vida! Tem lógica isso, do ponto de vista da administração do Banco? Como se não bastassem os 2 milhões que o Artur está embolsando.

Não sei de quem esse homem é amigo no Governo. Já ganhou, lá em Faxinal do Céu, dos professores, e ainda bem que o Secretário de Educação, depois de muita oposição, crítica, porque até o próprio Ramiro, Secretário de Educação, sempre foi contra esses recursos lá em Faxinal do Céu. Achava isso uma excrescência por parte do Governo, fazer uma lavagem cerebral nos professores, não tinha utilidade nenhuma.

Agora, como não deu certo em Faxinal do Céu, o próprio Secretário me falou que não gostava daquilo e achava que aquilo não tinha objetivo nenhum. Agora arranjaram uma "boquinha" para o

Artur Pereira de Oliveira, que é tirar 2 milhões de reais do Banco do Estado do Paraná, que passa por dificuldades. Mas não é só o caso dos 2 milhões que o Artur está pondo no bolso para falar sobre Sócrates, sobre Yung, sobre Freud, e tentar convencer os funcionários do Banco, diz o seguinte: "escutem! Não se preocupem. A vida é uma vida boa, é uma vida gostosa, temos que ter uma boa vontade de viver, ter ânimo para viver o dia-a-dia ou o presente. Não se preocupem com essas coisas de salário, de chefes, de ambiente de trabalho ruim e não se preocupem com essa perspectiva de demissão. Nada disso vai acontecer com vocês. A vida vai ser boa daqui para a frente".

Essa é a mágica do Sr. Artur Pereira de Oliveira, que recebe 2 milhões de reais para fazer isso em 3 meses. Quem daqui não poderia fazer isso em 3 meses? É só ler um pouquinho! Pegue um professor da Universidade Federal, faz um convênio. Se quer aumentar a qualidade de instrução dos funcionários públicos do Banco do Estado do Paraná, faz um convênio com a Universidade Federal. Os professores fazem isso, e tenho certeza, até por pouquíssima coisa.

Agora, trouxeram um rapaz do Rio de Janeiro para vir aqui falar sobre qualidade de vida e engambelar e receber 2 milhões de reais! Sabem quanto mais pagam ainda? Sabem quanto é a despesa do Banco do Estado? Total das despesas com cursos: só com alimentação, hospedagem, transporte dos participantes para o Seminário, está previsto em 2 milhões e meio. Total dos custos desses cursos sobre qualidade de vida. O Banco do Estado, que está sendo ameaçado de privatização, 4 milhões e meio?

Ora, Deputado Valdir Rossoni, queremos saber se tem seriedade nessa administração. Fala-se em controle de gastos, pediu-se para os funcionários, no ano passado, para abrirem mão de 7% dos seus salários, não tiveram nenhum ganho. Os funcionários abriram mão do que já ganhavam, em 7%, dando um lucro - os 10 mil funcionários do Banco - dando uma receita de 800 milhões para o Banco.

Se o Banco está passando por dificuldades, precisa fazer um controle administrativo na área de gastos da empresa, porque é que o Banco gasta 4 milhões e meio de reais com curso sobre qualidade de vida, que não deu

certo, em Faxinal do Céu, com o Secretário de Educação que disse para todo mundo que aquilo não servia para nada. Como é que uma pessoa vai ter qualidade de vida, trabalhando 30 anos num ambiente de trabalho ruim, tendo condições ruins de trabalho, recebendo péssimos salários? O que é que uma semana de curso pode fazer?

Proponho o seguinte: vamos contratar o Divaldo Pereira Franco, que é aquele médium espírita que mora lá na Bahia, e que tem um tremendo trabalho, do ponto de vista filantrópico e caritativo na sociedade brasileira. Tenho certeza que o Divaldo Pereira Franco vem aqui dar palestras, no Centro de Convenções, para 2 mil pessoas, que dá de 10 a 0 no Artur Pereira de Oliveira, sem cobrar nada, porque ele não tem nenhuma vontade de ganhar dinheiro, ele faz isso de coração, como uma boa alma que é.

Então, não entendo o Banco do Estado do Paraná. Primeiro, joga 1 milhão de reais no Cristiano Damata, piloto de automobilismo, lá de Minas Gerais, para correr nos Estados Unidos, e a justificativa não convence, Deputado Rossoni, porque a justificativa do Banco diz o seguinte: ah! Mas ele tem um empresário que tem aplicado 25 milhões no Banco do Estado.

Ora, se algum dos senhores aqui, tiver mil reais ou 2 milhões aplicados no Banco do Estado, os senhores vão receber juros e correção monetária dessa aplicação, e além disso, vão receber um dinheiro de graça para poder fazer algum patrocínio.

Ora, o empresário do Cristiano Damata tem as mesmas condições de todos os empresários que aplicam no Banco do Estado. Lógico.

Então, gostaria de saber qual é a reciprocidade, do ponto de vista de critério técnico? O que de bom traz para a imagem do Banco, correr em Fórmula Indy, em território americano, aonde não temos uma única agência do Banco do Estado, a não ser um pequeno escritório de 3 por 8, lá num pequeno cubículo, no Central Park, em Nova York. Não entendo isso. E depois, os funcionários do Banco é que vão ser sacrificados com essa possibilidade de privatização.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Vannoni, Vossa Excelência... não

sei se é a segunda-feira que ele agita, ou é a terça-feira. Mas quero dizer-lhe, de que toda semana Vossa Excelência faz aqui um discurso contundente sobre a questão BANESTADO. E todas as questões levantadas por Vossa Excelência, temos procurado, aqui, prestar esclarecimentos. E muitas questões, acredito que quando o senhor diz que falou com o Secretário de Educação, o senhor deve ter falado com o Secretário de Educação do Distrito Federal, porque não é com o nosso Secretário de Educação.

Tenho certeza, tenho um grande respeito por Vossa Excelência, mas Vossa Excelência não está falando a verdade, quando usa o nome indevidamente do Secretário de Educação. Porque sabemos a importância que tem a Universidade do Professor, os cursos de aperfeiçoamento que estão sendo dados em Faxinal do Céu. Então, Vossa Excelência deve ter falado com o Secretário de Educação do Distrito Federal, o qual Vossa Excelência tem uma intimidade muito grande, não com o Secretário de Educação do Paraná, porque se Vossa Excelência provar isso que disse, o Secretário de Educação do Paraná, no mínimo, tem que pedir demissão, porque ele faz parte de um governo, o qual defendemos o projeto de governo do Governador Jaime Lerner, e estamos investindo 46% da receita líquida do Estado em educação, para melhorar a educação do Estado.

Estamos lançando agora o PROEM, vamos investir 40 milhões para melhoria dos prédios públicos, que não têm mais condições, são 40 milhões que vamos investir.

Quanto à questão do BANESTADO, entendo Vossa Excelência. O senhor pode, se continuar com essa contundência, e até, me desculpe conter com a minha franqueza, acredito que às vezes falta um pouquinho de consideração pela instituição BANESTADO, com os seus posicionamentos. Quero ser franco aqui com Vossa Excelência.

Nós, que recebemos o BANESTADO falido do Governo anterior, tivemos a responsabilidade, e temos carta do Banco Central, onde diz que o Banco do Estado do Paraná, se o Governador Jaime Lerner não assumisse com toda a sua responsabilidade, a questão BANESTADO, o Banco buscava todo dia no redesconto, 700 milhões, e o Governador, para preservar a instituição BANESTADO, o que ele fez? Ele assumiu, responsavel-

mente, não foi politiquês naquela hora. Qualquer outro Governador, Deputado Vanhoni, viria à televisão e jogaria a culpa no governo anterior, que estava entregando o BANESTADO em péssimas condições.

Lutamos por 3 anos e meio para recuperar o BANESTADO. Estamos agora num processo de negociação, para sanarmos o BANESTADO, para preservarmos os interesses dos acionistas do BANESTADO.

Vossa Excelência está mais preocupado com suas críticas, em defender o interesse eleitoreiro de Vossa Excelência.

Vossa Excelência não tem interesse - desculpe a minha franqueza - de defender a instituição BANESTADO. Vossa Excelência está de olho nos funcionários do BANESTADO.

Quero dizer para Vossa Excelência o seguinte: no mundo atual em que vivemos, na globalização em que vivemos, Vossa Excelência está vendo as experiências de outros Bancos, a regra é a mesma para o BANESTADO. Ou nos adaptamos aos novos tempos, ou vamos trazer prejuízos aos acionistas e à população do Paraná.

Não tenho a pretensão de convencê-lo. Vossa Excelência é um Deputado competente, combativo, culto e não tenho esta pretensão. Mas, quero dizer para Vossa Excelência que o senhor está cumprindo o seu papel, toda semana faz um discurso contundente. Mas quero dizer aqui, com todas as letras, não concordo com Vossa Excelência, e tudo que Vossa Excelência tiver que pedir de informação ao BANESTADO, vou prestar a Vossa Excelência, porque não temos o que esconder.

O Secretário da Fazenda estará aqui, nos próximos dias, nesta Casa, num compromisso do Líder do Governo de trazer o Secretário da Fazenda aqui, para debater com os Deputados a questão do BANESTADO, e aí quero ver Vossa Excelência fazer o pronunciamento de quem são os verdadeiros responsáveis pela questão que se encontra o BANESTADO e que nós, o Governo Jaime Lerner está saneando.

Outra questão de publicidade, quando a questão que Vossa Excelência fala aqui da reciprocidade, me desculpe Deputado Vanhoni, é muito fácil chegar à tribuna e dizer: porque alguém está investindo 25 milhões em recursos no BANESTADO, e ele tem um patrocínio. Ora, Deputado! Vossa Exce-

lência sabe muito bem que a reciprocidade dentro de uma instituição financeira é muito importante.

É claro que caímos aí numa situação extremamente difícil de ser debatida, porque procuramos preservar o sigilo bancário. E vejo, no seu pronunciamento, que Vossa Excelência não tem, neste momento, nenhuma preocupação com a questão do sigilo bancário, quando Vossa Excelência fala de pessoas e de correntistas que têm investimentos no BANESTADO. E é importante que se diga que o pronunciamento feito hoje por Vossa Excelência é de muita responsabilidade, porque Vossa Excelência conhece o BANESTADO como funcionário do BANESTADO. Vossa Excelência sabe muito bem que pode trazer prejuízos incalculáveis para o BANESTADO, e trazendo ainda mais dificuldades para que possamos sanear o BANESTADO.

Espero que Vossa Excelência entenda, e Vossa Excelência sabe o que estou querendo dizer nas entrelinhas das minhas palavras. Mas Vossa Excelência sabe que temos que ter, mais do que discurso fácil, é a responsabilidade com a questão do BANESTADO, porque ela é muito mais séria do que qualquer pronunciamento de interesse de qualquer situação que Vossa Excelência está defendendo.

Agradeço pelo aparte e espero que Vossa Excelência entenda que o que estamos fazendo para o BANESTADO é muito mais responsável do que fizeram no passado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Confesso que não sei mais quem sou, depois das palavras do Deputado Valdir Rossoni. Não consigo mais entender quem sou, porque o Deputado Valdir Rossoni, primeiro falando, vamos debater os dois pontos: Secretaria da Educação, Deputado Valdir Rossoni, o senhor sabe que o Sr. Artur Pereira de Oliveira foi enxotado de Faxinal do Céu...

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência se apegar, eu lhe cedo o tempo da Liderança do Governo...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Escutei atentamente o senhor falar, agora o senhor me escute.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência se apegar num item, em cima de um projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O senhor sabe que o Sr. Artur Pereira de Oliveira foi mandado embora de Faxinal do Céu, daqueles cursos de aperfeiçoamentos que não aperfeiçoavam nada? É verdade! Não dá mais curso lá para professores. É verdade, sim!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Excelência, é uma outra empresa de São Paulo, mas o professor Artur continua...

O SR. ÂNGELO VANHONI - Mas é outro curso, outra metodologia, não tem nada a ver.

Aquilo que ele fazia lá, aquela "papagaiada" que ele fazia lá sobre a modernidade, dança, música, qualidade de vida, aquela coisa que ele fazia lá, ninguém topou isso. E o Sr. Ramiro tem a posição que era contrário àquele tipo de coisa. O senhor sabe disso, não vamos fazer aqui a arte da dissimulação...

O Sr. Valdir Rossoni - Mas, Vossa Excelência traz o Secretário para dizer isso aqui.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Ele que diga.

O Sr. Valdir Rossoni - Já que Vossa Excelência está fazendo o papel de Líder do Governo, Vossa Excelência traga ele aqui, porque para mim, ele diz outra coisa.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Ninguém, em sua consciência, na Secretaria da Educação teria contratado aquele senhor para fazer o que fez, drenando dinheiro dos cofres públicos sem nenhuma utilidade do ponto de vista da qualificação dos professores, nenhuma utilidade. Em lugar nenhum do território brasileiro se fez o que fez e agora querer fazer com o Banco do Estado do Paraná?

O senhor não falou nesse assunto. Quero saber o que o Artur está fazendo com os funcionários do Banco. Que qualidade de vida é esta? Que aperfeiçoamento, do ponto de vista profissional, o Sr. Artur Pereira de Oliveira pode trazer para os funcionários do Banco do Estado? E o senhor vem dizer que não estamos preocupados com o Banco do Estado, que estamos preocupados com os funcionários, preocupação eleitoral.

Olhem só, pasmem os senhores: o Governo está mandando para cá a extinção do Banco do Estado, está vendendo o Banco do Estado não sei para quem, guardando isso a sete chaves, em segredo de Estado, a venda de uma empresa de 70 anos. E o senhor vem me dizer que não nos preocupamos com o Banco do Estado? Que estamos preocupados politicamente?

Quero saber da preocupação do Governo em apurar as irregularidades da BANESTADO Leasing, que até hoje não levantou uma palha, não vi o senhor até agora, Deputado Valdir Rossoni, que diz que quer defender o Banco do Estado, que defende esta instituição, dizer o seguinte: cadê o processo da Leasing? Cadê as pessoas que roubaram a Leasing? Por que o Governador não puniu os responsáveis e apenas os funcionários da BANESTADO Leasing foram demitidos e estão sendo processados?

Sabe que o Ministério Público Federal e do Paraná disseram que foi formação de quadrilha? Que houve roubo? Que houve dolo? São 450 milhões de reais e o senhor tem a tranqüilidade de dizer que a oposição está preocupada, única e exclusivamente, com objetivos eleitorais?

Quero saber o que foi feito com os precatórios. Depois que foram denunciados os precatórios neste país, que estes títulos não eram vendidos em nenhum lugar, porque eram títulos podres. Está aí, o Banco do Estado sofrendo os problemas que está sofrendo. Sabe por que, Deputado Valdir Rossoni? Porque 3 meses depois que os títulos dos precatórios foram colocados no Brasil inteiro como títulos podres, o Banco do Estado comprou 35 milhões de uma corretora aqui de Curitiba. Títulos de Santa Catarina, de Alagoas e Osasco. E o senhor tem a tranqüilidade de vir querer me acusar e dizer que a oposição não defende esta instituição?

Quero cobrar dos senhores que têm honra, que têm credibilidade e que são pessoas honestas: cadê a apuração dos responsáveis pelos acontecimentos do Banco do Estado? Já disse ao senhor: o PMDB topa, vamos fazer uma CPI para investigar até 4 anos, 8 anos ou 12 anos.

Peço autorização ao Deputado Beto Richa, para atingir também o seu pai, José Richa. Os três governos do PMDB e o governo atual. Vamos abrir uma CPI sobre o Banco do Estado, vamos apurar as irregularidades.

Se os senhores nos convencerem que houve dolo, que houve sacanagem generalizada, tenho certeza, votamos todos aqui pela privatização. Aceite o desafio.

Antes de trazer esta discussão sobre privatização ou não, de uma empresa importante para o nosso Estado, vamos abrir esta discussão sobre as suas irregularidades.

Vossa Excelência disse que o Governador teve um gesto de estadista, não quis falir o Banco, não quis dizer que o Álvaro Dias era o culpado, que o Requião era o culpado, então, que o Governador dê uma de estadista, permita que a Assembléia Legislativa apure as irregularidades do Banco, isto é ser estadista, porque não interessa o Banco do Estado para o Ângelo Vanhoni, para o Toti Colaço, interessa, sabe para quem? Interessa para o Paraná, como interessou durante 70 anos.

Vai ser um erro privatizar este Banco. Vamos permitir que milhares de funcionários vão para a rua neste momento de crise, e pior ainda, o Governo do Estado do Paraná vai ficar sem um instrumento financeiro.

A Agência de Fomento que o Miguel Salomão fala, não tem a mesma capacidade e o mesmo poder de alavancar a economia através do crédito, como o Banco do Estado tem, podendo captar recursos no exterior, 12 vezes o seu patrimônio líquido, com o Acordo da Basiléia, Vossa Excelência sabe disso.

Agora, me espanta que Vossa Excelência, que foi um que brigou pela manutenção do BADEP, que era uma instituição importante e que eu estava do seu lado nesta ocasião quando o BADEP foi extinto, agora o Banco, que é um Banco comercial, que está presente em todos os municípios, que no protocolo que o Giovani...

(Discussão)

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Como Vossa Excelência, e o pronunciamento do Deputado para debate é importante, e para que Vossa Excelência cumpra o Regimento, concedo 5 minutos, já que ele ultrapassou 7 minutos do seu tempo, concedo 5 minutos do PTB, para que o Deputado Vanhoni possa prosseguir no seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Maivo Beraldin) -

Mais 5 minutos de tempo concedido.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**) - Queria só ressaltar a esta Presidência, que o Deputado Valdir Rossoni não está presidindo a Sessão. O Deputado Rossoni, muito habilmente, pediu pela ordem, única e exclusivamente, para interromper a belíssima oração que o Deputado Ângelo Vanhoni faz desta tribuna.

Queria, Excelência, que pela tolerância que essa Mesa tem tido, e pela postura que restabelecesse a autoridade da Presidência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Não procede a questão de ordem de Vossa Excelência, e esta Presidência concede mais 5 minutos para o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. TOTI COLAÇO (**Pela Ordem**) - Deputado Neivo Beraldin, Vossa Excelência preside esta Sessão nesta tarde, e seria o melhor que poderia acontecer neste instante, é reter a palavra do Líder do Governo, porque as suas interferências, sem pedir a palavra, sem pedir um aparte, vêm exatamente atrapalhar o pronunciamento do Deputado Vanhoni.

Quando ele estava usando da palavra, o Deputado Valdir Rossoni usou todo o tempo necessário, o Deputado Vanhoni ficou calado na tribuna, não disse uma palavra. Depois, retomou a palavra novamente, por 6 ou 7 vezes o Líder do Governo, porque é Líder do Governo e não é dono da Casa, não é dono deste Poder.

O SR. ÂNGELO VANHONI - A única coisa que me espanta é que se seguirmos a lógica do raciocínio do Deputado Valdir Rossoni, os responsáveis pela situação do Banco do Estado, está expressa nas palavras do Sr. Neco Garcia, porque só falta, agora, o senhor já disse que eu não me interesso pelo Banco do Estado, que o Presidente da Associação Comercial, quando diz que é contra a privatização do Estado, não interessa a ele o problema do Banco do Estado, está preocupado com qualquer outra coisa, menos com a empresa. Que os Deputados aqui que defendem, que são contra a privatização, estão, talvez, com objetivos eleitoreiros.

Ora, não consigo entender a lógica do seu raciocínio. Vai chegar dizendo o seguinte: olha, quem foi o responsável por essa situação de ina-

dimplência absoluta do Banco, e por isso tem que vender o Banco, são os Deputados Estaduais". Só falta essa, só falta ser a Assembléia Legislativa a responsável.

Gostaria que o Presidente do Banco, como lançou esse tipo de calúnia, tivesse a oportunidade de dirimir essas dúvidas.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Não vejo calúnia, se Deputado deve.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Calúnia para aqueles que não devem.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Deva ou não deva, eu, nem conta no Banco do Estado tenho, por isso posso falar.

Acho que se levantarmos, nos últimos 10 anos, quem pegou o dinheiro do Banco, quais foram as empresas de transporte intermunicipal que pegaram dinheiro do Banco e por aí afora, Vossa Excelência vai ter, não uma Sessão, vai ter várias Sessões, para ter o que falar.

O PL ainda não tomou posição no que se refere ao Banco do Estado. Está na posição, sim, de escutar a verdade junto com a população. Essa sim é dona do Banco do Estado.

Quem dera Deus, eu tivesse poder de fazer um plebiscito no Estado para saber o que a população pensa do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Está aí uma boa proposta, Deputado Horácio Rodrigues. Faça o plebiscito da população! Vamos abrir essa discussão.

O Governo trata isso à sete chaves, como tratou a questão da Renault. Só depois de 1 ano e meio é que o povo do Paraná ficou sabendo que a Renault está se instalando em território paranaense, sem pagar um único centavo. Mais do que isso, vai receber um crédito de 1 bilhão e 800 milhões, nos próximos 10 anos.

Será que por trás da negociação do Banco do Estado tem algo para ser escondido, ou o Giovanni Gionédís consegue manipular os números de uma forma tão mágica, que hoje fala em 2 bilhões e 600 - não sei, qual é o número? Mas em dezembro, sem mudar nada na estrutura econômica deste país, porque

a inflação está zero, o senhor sabe disso, o número era de 700 milhões.

Agradeço pela benevolência que Vossa Excelência teve para que eu tivesse a oportunidade de concluir, agora, no horário do PTB e dos outros líderes.

Quero que o Governo me explique - não adianta querer explicar a privatização, porque não tem como - quero que explique por que o Artur Pereira de Oliveira, que dá aula de Jung, Freud, vai capacitar profissionalmente os 10 mil funcionários do Banco do Estado do Paraná, quando esse Banco está sendo privatizado. São 4 milhões e meio de reais.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - PFL, com a palavra. Liderança do Governo.

O SR. EDGAR BUENO - Sr. Presidente, Questão de Ordem?

(**Assentimento**)

Quero anunciar a presença nesta Casa, da Vereadora Edna Moraes Lores, a mais votada do Município de Medianeira; que nos honra aqui com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Em nome de Basílio Zanusso, queremos anunciar a presença do Vereador Valdir Antunes, de Itaguagé.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Pela Ordem.

(**Assentimento**)

Anuncio aqui a presença dos ilhéus da região de Guaíra, comandada pelo Joãozinho, que é ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que estão em várias audiências na Capital do Estado, O IBAMA, o IAP, E agora, terão audiência com o Sr. Deputado Orlando Pessuti, do Bloco Agropecuário, para expor o drama daquela região - os atingidos pela degradação do Parque Nacional da Ilha Grande estão presentes em nossa tribuna, nos honrando muito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**) - Desta mesma forma, queremos anunciar a presença em nossa Casa, do Prefeito de Cascavel, Salazar Barretos.

Com a palavra, o Líder do Governo, Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Podem ter certeza que estou tranqüilo.

Gostaria que Vossa Excelência descontasse do Horário do PTB 5 minutos, porque quero ser justo.

E, respondendo ao Deputado Toti Colaço, não quero ser o dono da Assembleia Legislativa, porque isso aqui não é um comércio, é um poder, onde tem um Regimento, que deve ser respeitado. Esse Regimento diz que no Pequeno Expediente são 5 minutos, no Horário das Lideranças são 10 minutos, e por isso, tomei a liberdade, até porque estava entendendo que era importante ouvir o Deputado Vanhoni, apesar de divergirmos de opiniões e posições. Achei importante dar a oportunidade para que o Deputado encerrasse o seu pronunciamento. Por isso, com toda a atitude democrática, concedi ao Deputado Vanhoni 5 minutos do meu partido, o PTB, para que ele encerrasse o seu pronunciamento.

Acredito que as dores assumidas pelo ilustre Parlamentar não cabia naquele momento. E aqui não é um comércio que se tem dono. É uma Casa democrática, onde todos podem falar e colocar as suas posições democraticamente.

Deputado Toti Colaço, acredito que cabe a Questão de Ordem de Vossa Excelência, mas como o Presidente não lhe concedeu a Questão de Ordem, lhe concedo o aparte.

Gostaria de, inicialmente, desenvolver o meu pensamento e raciocínio, para que depois Vossa Excelência tivesse a oportunidade de apartear, e de repente, o senhor poderia contribuir para o meu pronunciamento. Mas, como Vossa Excelência deseja que seja no início, lhe concedo um aparte, porque acho importante. Vossa Excelência é uma pessoa competente, tenho certeza que vai contribuir para o meu pronunciamento.

O Sr. Toti Colaço - Queria dizer a Sua Excelência, Sr. Presidente desta Casa, que conversando a gente se entende. E Vossa Excelência percebeu claramente que o Deputado Valdir Rossoni inclusive iria me conceder um aparte, por uma Questão de Ordem, até porque, independente das nossas posições político-partidárias, somos amigos de longa data.

Queria apenas dizer ao Deputado Valdir Rossoni, pela expressão que coloquei aqui, que Vossa Excelência não é dono deste Poder. Talvez não foi a expressão, evidentemente, mais correta.

A única observação que fiz a Vossa Excelência, é que o Deputado Ângelo Vanhoni estava na tribuna da Casa fazendo o seu pronunciamento, e quando ele concedeu o aparte, ficou mais de 4, 5 minutos escutando, pacientemente, ali. Daí, Vossa Excelência fez diversas interferências, e automaticamente, como é habilidoso - e não é por isso que deixa de ser líder, evidentemente - acabou prejudicando por diversas vezes o pronunciamento do Deputado Vanhoni.

Foi esta observação que fiz, nada mais do que isso. Apenas chamei a atenção da presidência da Casa, para que lhe cortasse a palavra, a fim de que o Deputado Vanhoni pudesse concluir o seu pronunciamento. Agora, ser dono ou não, dono disso aqui é o povo. E estamos aqui por ele.

O SR. VALDIR ROSSONI - Por isso entendo Vossa Excelência. Até me preocupei em fazer uso da tribuna, para colocar a Vossa Excelência, que de forma nenhuma quero ser dono da verdade.

E claro que defendo minhas posições com convicção. E o que defendo aqui, tenho certeza absoluta, pelo conhecimento que tenho, é verdadeiro.

Quanto à questão do BANESTADO, por ser bastante melindrosa, e até preocupante, quando falamos da questão BANESTADO, veja o procedimento da Liderança do Governo: todos os dias temos aqui nesta Casa, requerimentos de Parlamentares fazendo indagações. Tenho feito negociações em todos os momentos, para que os requerimentos, antes de passar pela Mesa, eu preste as informações.

Essa semana mesmo, prestei informações ao Deputado Vanhoni de várias questões levantadas por ele. Prestei-as sem ser aprovado o requerimento, porque é de interesse do Governo prestar os esclarecimentos.

No outro dia, o ilustre Deputado Vanhoni vem aqui e levanta uma outra questão de uma concorrência internacional do PQE. Levantou como se fosse uma questão irregular da FUNDEPAR. Disse ao Deputado Vanhoni, que no momento, claro, fica fácil ao Deputado

de oposição levantar questões e você ter que respondê-la no mesmo momento, se torna difícil. Mas disse ao Deputado Vanhoni: Vossa Excelência me entregue o requerimento e preste-lhe as informações. Dois dias depois estava aqui o Líder do Governo prestando as informações ao Deputado Vanhoni.

E segundo informações que tenho, se não me faltaram com a verdade - gostaria de ter aqui a posição do Deputado Vanhoni, o qual recebeu documentação, falou com o Superintendente da FUNDEPAR e entendeu a questão da concorrência pública.

Hoje, estou aqui com mais um requerimento, feito pelo Deputado Rosinha, pedindo informações de editais de concorrência da Secretaria de Transportes. Vou fazer a entrega em mãos.

Então, o que temos feito aqui, como Líder do Governo, é procurado prestar todas as informações, porque não temos o que esconder.

A questão do pedágio, aqui levantada, é engraçado, a lei que vale no Paraná, não vale mais em São Paulo. Vejo aqui uma questão do pedágio, todas as informações aqui pedidas pelo Deputado Péricles, pelo Deputado Rosinha e por outros Deputados, colocamos todas as informações quanto à questão do pedágio à disposição dos Parlamentares. É claro que num volume enorme de documentos, se torna difícil você prestar essas informações no momento que o Deputado deseja, mas com 48 horas, temos procurado prestar as informações.

Quanto à questão do BANESTADO, gostaria de voltar. E aí é que vem a grande questão. É desejo do Governador Jaime Lerner também não privatizar o BANESTADO. Desde o início a luta do Governador Jaime Lerner foi preservar o BANESTADO para o povo paranaense. A maior prova disto, foi quando o Governador assumiu o BANESTADO em situação de dificuldades. E o que é que o Governador fez? Veio aos meios de comunicação e disse que o BANESTADO se encontrava em boas condições. E iniciamos um trabalho árduo, no decorrer de 3 anos e meio, para tentarmos fazer algo pelo BANESTADO, para que continuasse nas mãos do povo paranaense.

Quando iniciou-se as negociações com o Banco Central, a própria oposição desta Casa dizia o seguinte: "ora! Este Governo, são apenas 350 milhões de reais. Não precisamos privatizar o BANESTADO". Naquele mesmo dia viemos à

tribuna e dissemos aos Deputados de oposição, que combatiam a privatização do BANESTADO, e dissemos o seguinte: se for 350 milhões que o Governo do Paraná tem que integralizar no BANESTADO, não privatizaremos o BANESTADO. E soltamos, dissemos à oposição que o desafio estava assumido. Assumimos aquela condição, mas parece-me que não fomos entendidos.

Os números tidos pela oposição não eram os verdadeiros, e nós, que não tínhamos os números, também dizíamos aos Deputados que tínhamos que aguardar os números finais do Banco Central, para aí sim, em cima de números reais, podermos discutir a questão do BANESTADO. E os números do BANESTADO não são esses.

Ora, minha gente! Se instituição como o BAMERINDUS não suportou o Plano Econômico implantado neste país, onde reduziu a inflação à estaca zero, e todos sabemos que as instituições financeiras sobreviviam em cima da especulação financeira, e em cima da inflação que hoje não se tem mais.

Todos que temos indústrias, que temos comércio, sabemos as dificuldades que passam os pequenos, os médios empresários do Paraná, porque não conseguem saldar as suas dívidas com o BANESTADO e com os Bancos. E vocês sabem que quando você não paga uma dívida ao BANESTADO, isto está acumulado nos prejuízos do Banco, onde o Banco não recebeu contas e por isso que o Banco encontra-se nesta situação.

É importante também, dizer aqui o seguinte: e aí não queremos achar culpados pela questão do BANESTADO, queremos sim, que cada um assuma a sua parte de responsabilidade. Mas, só cito um item, para que os amigos que estão nos ouvindo aqui, analisem, para ver que fica muito mais fácil o Deputado Vanhoni subir à tribuna e fazer esse pronunciamento. É muito fácil atirar pedras, o difícil é resolver a situação que nos encontramos.

Quero dizer a Vossas Excelências que estamos agindo na questão do BANESTADO com responsabilidade, e gostaríamos muito que o problema financeiro do BANESTADO não fosse 2 bilhões e meio. Gostaríamos que fosse 600, 700 milhões, porque o Governador Jaime Lerner assumiria isto e teríamos ativos para cobrir esse furo e preservar-mos a Instituição BANESTADO.

Mas, todos sabem que não é isso, é muito mais. A inadimplência do BANESTADO hoje, e dos Bancos, é assustadora. Quem é que não tem um amigo que não está devendo ao Banco e que não conseguiu saldar os seus compromissos em dia? Quem é que não está passando por dificuldades financeiras?

Aí é que vem a grande questão.. Não podemos mais agüentar instituições financeiras que, dirigidas politicamente, trazem prejuízo à população paranaense. Não queremos aqui preservar privilégios de meia dúzia, em cima do prejuízo da maioria da população paranaense.

Concedo um aparte ao Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues - Todos os municípios têm condições de ajudar o Banco do Estado do Paraná.

Vou apresentar um projeto de lei amanhã, viabilizando isso.

Inclusive, a Prefeitura Municipal de Curitiba tem um patrimônio muito maior que a dívida do Banco do Estado do Paraná. É só contar quanto a URBS tem de imóvel, etc.

Acho, e sei que Vossa Excelência é razoável e entende. Para o povo do Paraná, temos a obrigação de executar todos os recursos imagináveis. Porque tanto o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, em reunião aqui mesmo nesta Casa, com o Presidente do Banco do Estado, disse que o Banco do Estado do Paraná não seria privatizado.

Tenho certeza absoluta que só o Município de Curitiba pode arcar com uma boa parte da dívida do BANESTADO. Isso não quer dizer que os criminosos que se apossaram politicamente do Banco não serão punidos. Terão que ser punidos.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência comete algumas injustiças.

A primeira delas, em relação aos números do Banco. Quem nos disse que o Banco tinha um furo de 700 milhões de reais foi o Governo. O Governo vem a esta Casa e diz: "temos um projeto que tem que ser votado no período extraordinário, que é o saneamento financeiro do Estado do Paraná". E inclui, é claro, a questão do BANESTADO.

O Governador disse, publicamente, o seguinte: "o Governo do Paraná

vai colocar 350 milhões de reais. Temos esse dinheiro, e o Banco Central vai colocar o restante, que é 350 milhões. Esse pacote de 1,7 bilhões será financiado por 30 anos, com juros de 6%, mais a TR".

Foi essa a equação que o Governo trouxe a esta Casa, e fez com que votássemos, aliás, votei, inclusive, a favor desse saneamento financeiro.

Muito bem, aí quando tive acesso às Atas do BANESTADO, vi, Deputado Rossoni, vamos ser francos? Falar em privatizar o Banco, de refinanciar ou de encontrar o saneamento financeiro, colocar 2,6 ou 2,5 bilhões do BANESTADO.

O SR. VALDIR ROSSONI - 2,8 bilhões.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Vai sobrar 1 bilhão, mais ou menos. Vai ficar 1 bilhão de dinheiro no caixa do Banco, porque tem para fazer o PDV, tem a FUNBEP. Mas, com essa Diretoria, vão falar em saneamento do Banco, com esse bando de incompetentes que temos dirigindo o BANESTADO, hoje, francamente, ressaltando, é claro, alguns diretores que merecem o nosso respeito, não é possível. Com esse Presidente Neco Garcia e com alguns dos seus diretores, querer falar de sanear o Banco, com essa gente.

Creio, na verdade, Deputado Valdir Rossoni, que essa questão dos números, francamente, é o seguinte: se dependemos do Banco Central, se uma Diretoria, um estabelecimento, se Vossa Excelência, lá na sua indústria, depender de um Banco ou de um instrumento da Delegacia da Receita Estadual, ou seja lá do que for para saber, quanto é que o senhor tem de disponível, de débito, de crédito, de saldo, na sua empresa ou qualquer empresa, estaremos, de fato, arrebitados, do ponto de vista da gerência deste Banco.

Francamente, não é possível isso. Esses números não poderão ser dados pelo Banco Central. É a diretoria que tem que informar quais são esses números.

O SR. VALDIR ROSSONI - Deputado Romanelli, Vossa Excelência terá números da Diretoria do BANESTADO, com a presença do Secretário de Finanças.

Se formos discutir incompetência... Vossa Excelência julga a atual diretoria de incompetente. Julgo a

diretoria anterior de incompetente, porque temos uma carta do Banco Central, o Secretário da Fazenda trará em mãos, aqui, e disse, da outra vez que esteve aqui, da situação que encontramos o BANESTADO. Então, qual é a mais incompetente: a atual ou a anterior? Não quero entrar nesta questão.

Quanto à questão dos números, Deputado Romanelli, quando Vossa Excelência fala dos números, ora, temos que fazer o saneamento do BANESTADO com responsabilidade, e por isso, pedimos ao Banco Central, que também fizesse o levantamento junto com a Diretoria do BANESTADO, com os técnicos do BANESTADO, para que não haja equívoco e para que não haja dúvida.

E quando Vossa Excelência diz que vai ficar 1 bilhão no caixa do Banco, que bom seria que ficasse 1 bilhão no caixa no Banco, porque aí usaríamos esse 1 bilhão, que vai sobrar no caixa do Banco, imaginariamente na cabeça do ilustre Deputado Romanelli, para socorrer as pequenas e médias empresas que precisam de socorro.

Mas, teremos a oportunidade de voltar à essa questão.

Quero dizer ao Deputado Ângelo Vanhoni, que vou lhe conceder o aparte.

Gostaria de pedir o horário, aqui, para que não ultrapassássemos o nosso horário. O horário do PPB, para que continuássemos o debate. Me permite o horário do PPB, Deputado Augustinho Zucchi?

Sr. Presidente, podemos usar o horário do PPB, para dar o aparte ao Deputado Vanhoni?

(Assentimento)

O desafio dos 700 milhões vai ser aceito ou não vai ser aceito?

O Sr. Ângelo Vanhoni - É exatamente sobre isso que vou falar.

Em primeiro lugar, em tese, Vossa Excelência argumentou que empresa pública, no sistema financeiro, o Estado tem que retirar, porque é mal gerida, não sei o quê, muita corrupção, muito apadrinhamento. Olha, em tese, o Paraná não pode nem defender isso, porque o Paraná está investindo dinheiro aqui numa Renault.

A privatização, enquanto tese, os governantes do Paraná não podem querer defender essa tese. Em todo o lugar do mundo se vê o contrário, mas vocês, aqui, estão fazendo o contrá-

rio. Mas não é isso que quero discutir.

Quero dizer o seguinte: aceito o desafio dos 700 milhões de negociação com o Banco Central, se o Governo do Estado do Paraná me der a procuração de reunir os técnicos do Banco do Estado e os técnicos que eu quiser da Secretaria de Finanças, e em nome do Governo, ir negociar com o Banco Central. Está aceito o desafio, mas preciso ter as mesmas condições dos números do Banco do Estado do Paraná que o Governo tem, senão, como é que vou negociar com o Banco Central? Aceito o desafio dos 700 milhões, com as ações da COPEL, meio a meio, e discutir isso com o Banco Central.

Requeiro assessoria do Banco do Estado, da Secretaria de Finanças, requeiro possibilidade de formatar uma proposta e a assessoria da Assembléia Legislativa. Aceito o desafio. Se vocês me derem esse tempo e essas condições, podem ter certeza, o Banco do Estado não será privatizado e vamos convencer o Banco Central, porque vou lá em Brasília e faço aqueles "caras" de Brasília atenderem às reivindicações do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI - O Deputado Vanhoni procura agora levar para o caminho...

O Sr. Ângelo Vanhoni - Aceito o desafio.

O SR. VALDIR ROSSONI - Também aceito o desafio.

O Deputado Vanhoni está querendo, para aceitar o desafio, assumir o lugar dos técnicos do Banco Central.

Não tenho dúvida disso! Estou falando dos números que Vossas Excelências trouxeram aqui no início do debate da questão do BANESTADO.

Fica aqui o desafio, só que não queira Vossa Excelência, assumir o lugar do Presidente do Banco Central. Vossa Excelência permaneça como Deputado, que tenho certeza, vai contribuir muito para o Paraná e para a população do Paraná.

Quanto à questão da BANESTADO Leasing, todas as vezes, Deputados sobem à tribuna, esbravejam quanto à questão da BANESTADO Leasing. Qual foi o procedimento do Banco do Estado do Paraná e do Governo do Estado para deixar clara essa situação? Inicial-

mente, punindo alguns funcionários que achávamos que deveriam ser punidos.

Segundo item: encaminhado à Justiça. Não somos nazistas para julgarmos as pessoas pelo nosso pensamento e pela nossa idéia. Encaminhamos à Justiça e a Justiça vai julgar. Se tínhamos que proteger alguém, jamais encaminharíamos à Justiça para julgar os verdadeiros culpados, porque segundo o que falam e o que dizem, pelo menos os democratas deste País, dizem que quem pode julgar o cidadão pelos seus atos, é a Justiça, e a atitude do Governo Jaime Lerner foi encaminhar as irregularidades da BANESTADO Leasing à Justiça, para que a Justiça faça justiça e para que não tenhamos ações nazistas de julgar pessoas. Não temos este poder.

Era isso.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do ex-Prefeito de Santo Inácio e do Vereador Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa se associa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/98, de autoria do Deputado Edu-

ardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procopio, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Terra Rica, com sede e foro em Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/98, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Ação Comunitária Batista no Boqueirão - ACBB, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/98, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a ASSORPE - Associação de Representantes dos Programas e Entidades para Portadores de Deficiência, com sede e foro em Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 785 e 799, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 791 e 793 a 796, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 792, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 797, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 798, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 801, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 800, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 172, 241 e 396/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 581/97, 153, 155 e 160/98.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem) - Só quero registrar que farei a entrega dos documentos ao Deputado Rosinha.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NÓS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE MAIO DE 1998.

"Empreiteiras podem ficar sem o Pedágio"

"Empresas podem ficar sem o pedágio. Alerta vem sendo feito há quase um mês pelo Governador Jaime Lerner, que garante: cobrança, somente nas estradas de primeira qualidade"

Diário Popular

Causando muitos transtornos e demonstrando pouca eficiência, pelo menos por enquanto, as empreiteiras integrantes dos seis consórcios responsáveis pelas obras do Anel de Integração (e que também vão abocanhar, segundo o Secretário dos Transportes, Heinz Herwig, três bilhões de reais com a cobrança do pedágio, durante o

tempo de duração do contrato) vêm correndo, a cada dia, sérios riscos de não poder amear tais recursos. O alerta já está sendo feito pelo Governador Jaime Lerner há quase um mês, quando, no final do feriado de Páscoa, quem transitou pela BR-277, trecho que liga Curitiba à Ponta Grossa, levou "apenas" seis horas para chegar ao destino. O motivo foi a construção de dois postos de pedágio e o assunto foi o tema preferido dos Deputados na Sessão do dia seguinte na Assembleia Legislativa. Nem mesmo o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, deixou por menos, afirmando ter ficado impressionado com a "qualidade" do asfalto que margeia os postos de cobrança.

Lerner, literalmente furioso, fez a primeira ameaça às empresas, garantindo que até as concessões poderiam ser revistas. Na última quinta-feira, o Governador voltou a advertir: "cobrança de pedágio, só nas estradas

de primeira qualidade". A afirmação foi feita após ter percorrido as rodovias BR-376 e BR-277, no mesmo trecho Curitiba-Ponta Grossa. Na oportunidade, ele declarou-se irritado com as concessionárias preocupadas em colocar placas com o preço do pedágio, sem ter concluído até mesmo as obras emergenciais.

Na rabeira da busca pela qualidade, alguns setores, especialmente o agrícola, vêm alertando para o custo operacional que o pedágio representará para o produtor. Segundo o Presidente da COTRIGUAÇU, Fábio Rosso, que agrega 32 mil agricultores, o acréscimo no custo do escoamento da soja, por exemplo, será de 1,9%; do milho, 3,1% e do trigo, 2,5%. "Se a cobrança tiver início ainda este mês, o montante será equivalente a 70 mil toneladas de soja em 97", disse. É apenas uma prova de que a exigência do Governador Jaime Lerner tem muito fundamento. Afinal, o retorno em termos de serviços, terá que ser realmente compensador.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/98

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R e s o l v e :

- I - exonerar, a pedido, **CARLOS RODOLFO GARABILI SOUZA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;
- II - exonerar, a pedido, **RENATO SPERLING JÚNIOR**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;
- III - prover, **RENATO SPERLING JÚNIOR**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;
- IV - exonerar, a pedido, **MARIA HELENA ABDANUR MENDES ALMEIDA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

V - exonerar, a pedido, **CELSO ANTÔNIO BARSZCZ**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

VI - prover, **CELSO ANTÔNIO BARSZCZ**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

VII - exonerar, a pedido, **GISLAINE CÂNDIDO PEREIRA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

VIII - prover, **LAURO FRAGONA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

IX - exonerar, a pedido, **ANDRESSA APARECIDA MÜLLER**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

X - prover, **LUCIANO LASPERG DE ANDRADE**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XI - exonerar, a pedido, **FERNANDA GUIMARÃES DOS SANTOS**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XII - prover, **SALLY REICH**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XIII - exonerar, a pedido, **LUCIANO BATISTA DO NASCIMENTO**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XIV - exonerar, a pedido, **BIANCA COSTA SECCO**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1998;

XV - prover, **JULIANA MARIELA LASPERG DE PAULA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de abril de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XVI - exonerar, a pedido, **VERA LÚCIA RODRIGUES DA SILVA**, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998;

XVII - prover, **ALBERTO REICH**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XVIII - exonerar, a pedido, **LUIZ ALBERTO BARROS DE SANT'ANNA**, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998;

XIX - prover, **SILMARA APARECIDA BOSCHI**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro

de 1970;

XX - prover, **EVERTON MUELLER**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XXI - exonerar, a pedido, **GYZELIE CHRISTINA BELILA**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XXII - prover, **ROYCE OLIVEIRA**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XXIII - exonerar, a pedido, **MARIA REGINA KOSSOWSKI**, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998;

XXIV - prover, **ELISÂNGELA SCHOENBERGER**, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 1º de abril de 1998.

Palácio " DEZENOVE DE DEZEMBRO ", em 1º de abril de 1998.

ANILAI KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário